

Estratégias de *proteção* e *mitigação* do discurso em português língua não materna: um estudo de caso

Hedging strategies and mitigation in portuguese as a non-native language: a case study

Idalina Camacho
Faculdade de Artes e Humanidades, Universidade da Madeira
idalina.camacho@staff.uma.pt

Carla Aurélia de Almeida
Departamento de Humanidades, Universidade Aberta
calmeida@uab.pt
Data de receção: 26/06/2022
Data de aceitação: 30/09/2022

Resumo

O presente estudo procura examinar de que modo um grupo de estudantes de um curso intensivo de Português Língua Não Materna se serve de estratégias de *hedging* para proteger os seus enunciados, ao longo de uma série de entrevistas. O *corpus* é constituído por narrações de histórias de vida. Pretende-se verificar de que modo estes alunos, que procuram comunicar em Português no final do curso, usam estas estratégias, que consubstanciam um investimento implícito com cariz protecionista dos enunciados, resultante da assunção prévia de riscos inerentes ao ato comunicativo em causa. Estas subtilezas da língua variam na forma, no conteúdo, na intencionalidade e na referenciação dos enunciados, constituindo autênticas armadilhas para utilizadores pouco familiarizados com as questões pragmático-culturais de cada sociedade.

Palavras-chave: *Hedging* – Mitigação – Interação – Português Língua Não Materna – Histórias de Vida.

Abstract

This study seeks to examine how a group of students in an intensive Portuguese course for non-native speakers use hedging strategies to protect their utterances, throughout a series of interviews. The corpus is made up of narratives of life stories. The aim is to verify how these

students, who try to communicate in Portuguese at the end of their course, use these strategies, which constitute an implicit investment in the protection of their utterances, resulting from the previous assumption of risks inherent to the communicative act in question. These nuances of language vary in form, content, intentionality and reference of utterances, and are authentic traps for users unfamiliar with the pragmatic-cultural issues of each society.

Keywords: *Hedging* – Mitigation – Interaction – Portuguese as Non-native Language – Life Stories.

1. Introdução

O presente texto baseia-se num estudo de caso desenvolvido em 2018 (Camacho 2018), com uma amostra de estudantes de Português Língua Não Materna (doravante, PLNM), inseridos no contexto de um curso intensivo de verão para lusodescendentes, intitulado “Língua Portuguesa, Literatura e Cultura Madeirenses”, na Universidade da Madeira. O estudo teve por objetivo analisar as produções orais destes alunos, durante uma entrevista, no final do curso, sobre as suas próprias histórias de vida e a dos seus antepassados próximos, emigrantes da diáspora madeirense, tendo como enfoque analítico as *estratégias de proteção* usadas em atos ilocutórios presentes nesses relatos. A investigação desenvolvida pretendeu promover a reflexão acerca do modo como estes alunos recorrem a estratégias discursivas que denotam o trabalho de figuração, procedendo-se ao levantamento dos *mitigadores*, elementos linguísticos de *proteção* (com um efeito de distanciamento do locutor) em relação ao que é dito. O presente trabalho visa analisar os mecanismos de mitigação desenvolvidos na produção de histórias de vida no contexto de PLNM, especificamente, estudaremos os elementos linguísticos que mitigam o que é dito i) no conteúdo proposicional de atos ilocutórios; ii) na ilocução e iii) na *deixis* ou na referência deíctica.

Ocupar-nos-emos dos conceitos de *hedge* (“cobertura”; “proteção”) e de *hedging* (“ação de se resguardar”), analisados no âmbito da Linguística do Discurso e consideraremos as implicações de ordem pragmática da sua utilização num enunciado. Num primeiro momento, iremos debruçar-nos sobre a evolução do conceito de *hedging*, desde o seu sentido literal, passando, brevemente, pela sua ligação ao mundo financeiro, até chegarmos ao uso deste conceito no âmbito da Pragmática Linguística, verificando de que modo o uso dos

elementos linguísticos de proteção está ao serviço da comunicação bem-sucedida. Num segundo momento, analisaremos algumas das propriedades inerentes a este conceito que nos conduzem a outros fenómenos da comunicação que cotejam a formulação e ilustraremos esta análise com exemplos retirados do conjunto de entrevistas (Camacho 2018).

Por fim, faremos uma breve abordagem da aplicação pedagógica da construção conjunta de histórias de vida e da sua análise na aula de Português Língua Não Materna, tendo como objetivo principal consciencializar para a análise do funcionamento destes elementos de *mitigação* no discurso produzido em contexto interacional.

Do ponto de vista metodológico, o estudo tem por base um *corpus* oral de entrevistas a alunos de Português Língua Não Materna e tem como objetivo a análise dos elementos linguísticos de proteção e/ou de mitigação presentes no discurso de histórias de vida que irrompe nas entrevistas em análise.

2. Estratégias de proteção e/ou de suavização: a mitigação

O presente estudo insere-se na área do ensino do Português Língua não Materna (doravante PLNM), cujo enfoque na natureza pragmática dos enunciados resulta da necessidade revelada pelos estudantes de PLNM, provenientes de outras realidades linguísticas, de desenvolverem competências que lhes permitam comunicar com os portugueses locais de forma eficaz e sem constrangimentos.

Nos últimos anos, temos assistido ao desenvolvimento da investigação em linguística aplicada ao ensino do PLNM com destaque para a análise dos fenómenos discursivos que decorrem dos contextos de uso da linguagem, abrindo o estudo às relações entre linguagem, cultura e sociedade. É neste movimento que se compreende a investigação sobre os elementos linguísticos de proteção e/ou mitigação, aplicando o seu estudo ao contexto de aprendizagem de uma Língua Não Materna (LNM). Num sentido restrito, a noção de *mitigação* está ligada à redução de efeitos indesejados provocados pelos valores ilocutórios mais ameaçadores dos atos de discurso, estando relacionada com a noção de “face-threatening act” de Brown e Levinson (1978). Assim, considerando a língua inglesa, Fraser (1980) refere o seguinte: “Mitigation is defined not as a particular type of speech act but the modification of a speech act: the reduction of certain unwelcome effects which a speech act has on the hearer” (Fraser 1980:

341). Num sentido lato, Fraser (2010) refere que ‘mitigação’ é sinónimo de “enfraquecimento”. Os dois sentidos (lato e restrito) não são mutuamente exclusivos e a *mitigação* num sentido restrito é apenas um caso específico do sentido lato (cf. também Caffi 1999: 884). No seu artigo sobre o caso de “cobertura de proteção” (*hedging*) que envolve a suavização, Fraser (2010) refere que esta capacidade de proteção (*hedging*) constitui “(...) a rhetorical strategy that attenuates either the full semantic of a particular expression, as in ‘He’s **sort of** nice’, or the full force of a speech act, as in ‘I must ask you to stop doing that’” (Fraser 2010: 15). Sendo uma capacidade crítica para o sucesso comunicativo, o investigador alerta para a necessidade de se dar mais ênfase aos contextos de uso e à Pragmática Linguística, especificamente, ao desenvolvimento da competência pragmática por parte do aprendente de uma LNM: este pode produzir “um discurso gramaticalmente impecável que, no entanto, não consegue atingir os seus objetivos comunicativos” (Fraser 2010: 15; tradução nossa). Quando os falantes não-nativos não conseguem *suavizar* adequadamente os seus enunciados, podem ser vistos como indelicados: “When non-native speakers fail to hedge appropriately, they may be perceived as impolite, offensive, arrogant, or simply inappropriate” (Fraser 2010: 15). Por outro lado, podem também interpretar erroneamente o enunciado de um nativo, ao não reconhecerem aquele efeito suavizador: “Failing to recognize a hedged utterance, they may misunderstand a native speaker’s meaning” (Fraser 2010: 15).

Deste modo, considerando estes pressupostos analíticos, no presente estudo, tivemos assim em consideração a seguinte pergunta de partida: Como alertar os estudantes de PLNМ para as múltiplas subtilezas que subjazem à expressão escrita e falada e que constituem autênticas “armadilhas” para utilizadores pouco familiarizados com estas questões pragmático-culturais?

Todos os utilizadores de uma língua, de uma forma mais ou menos expressiva, conforme o estilo de cada um, usam *dispositivos de mitigação* (Fraser 1980; Caffi 1999: 885) que constituem “uma blindagem” que visa proteger um alvo. Nem sempre indexados lexicalmente, estes nem sempre são perceptíveis ao ouvido de qualquer falante menos atento. O *efeito de proteção* destes dispositivos, frequentemente, torna os nossos enunciados menos diretos, distanciando e, por vezes, desvinculando o orador face a uma afirmação ou a uma negação expressas no conteúdo proposicional de

um ato ilocutório de asserção. São também, muitas vezes, uma parte importante da *delicadeza linguística*, tornando mais *suaves* os enunciados, reduzindo eventuais atritos entre os interactantes. Constituem, não menos frequentemente, formas linguísticas de recato ou de discrição que visam proteger as faces de locutores (Goffman 1967) e também de ouvintes, como nas situações em que é necessário transmitir algo menos agradável, de que são exemplo os diálogos entre médico e paciente (Prince, Frader & Bosk 1980).¹ Importa assim identificar estes *dispositivos linguísticos*, descrevê-los e pensar formas de educar os estudantes para a sua aprendizagem.

2.1. Evolução do significado do termo *hedge*

O vocábulo *hedge*, na sua aceção mais literal, em Inglês, significa “a fence or boundary”, isto é, “uma cerca ou limite” (tradução com base no *Oxford English Dictionary*). Por analogia, o significado do termo foi estendido a outros contextos, ganhando contornos mais defensivos. Pensa-se que o primeiro uso conhecido da palavra como verbo data da década de 1590 e que significava já “esquivar-se, fugir”. A conotação com o facto de “segurar-se contra perdas”, como no caso de uma aposta, é da década de 1670. Posteriormente, este termo chega ao mundo financeiro. Passa a designar “uma forma de se proteger contra perdas financeiras ou outras circunstâncias adversas” (tradução nossa). Ou seja, em finanças chama-se fazer *hedging* ao facto de se usar estrategicamente instrumentos financeiros ou estratégias de mercado para compensar o risco de eventuais oscilações de mercado que possam prejudicar os nossos produtos ativos. São, assim, *estratégias de negociação* em que uma perda em relação a um investimento é compensada por um ganho (ainda que de menor valor) num produto derivado.

Por analogia, o termo foi transposto para o domínio da Pragmática Linguística. Passa a designar aquelas estratégias retórico-discursivas que têm como função proteger (*atenuar*) o compromisso do locutor com a força ilocutória de um enunciado e dessa forma alcançar um efeito pragmático mais apropriado à situação. Não corresponde à força de um enunciado, mas a uma *estratégia*, a um “*dispositivo de atenuação*” (“*hedging device*”), para a controlar (Fraser 2010: 23). Os

¹ No trabalho destes autores, afirma-se que “we can identify in the *corpus* between 150 and 450 hedges per hour, or more than one every fifteen seconds” (Prince, Frader & Bosk 1980: 3).

elementos que criam esta *atenuação* foram perspetivados por Weinreich como “operadores metalinguísticos”, pequenas palavras que funcionam “como instruções para a interpretação vaga ou estrita dos *designata*” (Weinreich 1966: 163) e G. Lakoff (1972) refere nos seus trabalhos que alguns vocábulos, ao ocorrerem num enunciado, interatuam com outros termos, modificando-os, conferindo-lhes uma certa *imprecisão*. Ao proceder desta maneira, Lakoff centra a sua atenção no fenómeno *hedge* (= “sebe”), focando-se nas formas lexicais, isto é, no material perceptível no enunciado, não perspetivando ainda os mecanismos potenciadores da criação das “sebes/protetores” (*hedge*), ou seja, não perspetivando a ação de proteção (*hedging*) que permitiria dar atenção à estratégia retórica que modifica o real valor semântico de um enunciado (Fraser 2010: 17).

Foi o próprio Fraser quem introduziu a expressão “*hedging* performativo”, baseando a sua teoria nos estudos de Brown & Levinson (1978, 1987), onde certos verbos, ao serviço da delicadeza linguística, atenuam a força ilocutória de um enunciado, quando precedidos por modais específicos, alargando assim a discussão a todo um leque de situações potencialmente ligadas ao fenómeno criador do que se entende por “*hedging*” ou “proteção”, como forma de atenuação dos valores ilocutórios mais ameaçadores dos enunciados.

Porém, o efeito de *proteção* também tem sido associado a outras intenções que não o simples enfraquecimento da força ilocutória dos enunciados. Em Pragmática Linguística, o termo *atenuação* é também uma palavra ou cláusula de *cobertura* ou *proteção*, aplicando-se a diferentes dispositivos, desde os paralinguísticos (como as expressões gestuais), às interjeições e a segmentos discursivos específicos (Briz 2013) de que um falante se serve para diminuir o impacto de um enunciado sobre o seu interlocutor (Fraser 2010), *suavizando-o* (como no caso do eufemismo) ou, simplesmente, demarcando-se do que está a ser dito, para proteger ou salvaguardar aquilo a que Grice (1975) chamou de Princípio de Cooperação, constituindo-se assim em estratégias discursivas específicas que permitem o intercâmbio comunicativo com sucesso (Camacho 2018: 44).

Importa ainda realçar que o fenómeno de suavização/cobertura/proteção (*hedge*) implica também a ideia de intencionalidade (Searle 1983): “(...) hedging must be considered an intentional action in that the speaker chooses a linguistic device (...)”

which affect the interpretation of the utterance, either by modifying the content of the utterance or its force” (Fraser 2007: 202).

Resulta assim num fenómeno retórico-pragmático de expressão de hesitação e criador de subjetividade no discurso, que se revela eficaz na gestão das trocas discursivas entre os interactantes, influenciado por múltiplos fatores e estilos (Hyland 1995). Podemos afirmar que este fenómeno é afetado pelos elementos essenciais subjacentes à comunicação humana: locutor, ouvinte e contexto (entendido aqui, quer como ‘situação de comunicação’, quer como as ‘condicionantes’ subjacentes a essa mesma comunicação, onde se inclui, o próprio idioma utilizado). Com efeito, a receção bem-sucedida da mensagem (a que é pretendida pelo locutor) requer o esforço conjunto de locutor e alocutário no uso e respetiva interpretação de estratégias partilhadas de comunicação.

Este fenómeno de proteção será uma forma de minimizar o efeito negativo que os enunciados possam ter, tratando-se de um processo tácito, intersubjetivo através do qual as faces dos interactantes se acomodam com “o equilíbrio interacional” (Goffman 1967) a bem da comunicação eficaz.

2.2. As estratégias de *hedging*

Na década de 70 e 80 do século passado, começam a surgir vários termos que pretendem dar conta das várias *nuanças* associadas ao fenómeno de “hedging” (= “proteção”). A este propósito, G. Lakoff (1972) refere que os elementos que criam este fenómeno incidem nas formas predicativas – adjetivais ou nominais – e provocam efeitos atenuadores ou intensificadores daquilo que está a ser dito. Posteriormente, Fraser (1975) deteta modais específicos aos quais chama de “hedged performatives”. Paralelamente, Brown & Levinson (1978, 1987), inspirados na teoria dos atos de fala, aplicam estes elementos à delicadeza linguística e isolam o “speech act hedging”. Estes autores distinguem a “proteção” associada ao conteúdo proposicional e a que é associada à ilocução.

Essas *nuanças* e os vários termos que foram sendo atribuídos a este fenómeno aparecem descritos em Fraser (2010) e também em diferentes autores da área da Linguística. Entre outros, destacamos o trabalho de Prince *et al.* (1982) que permite distinguir dois tipos de “hedging”: um que envolve o conteúdo proposicional propriamente dito (*propositional hedging*) e outro, que envolve esse mesmo conteúdo

proposicional e o orador, num binómio compromisso/verdade com o que é dito. Estes autores atribuem-lhes diferentes classificações, conforme pequenas especificidades de conteúdo pragmático-discursivo, sugerindo que os elementos *coberturas/protetores (hedges)* deviam ser divididos em duas grandes classes: “aproximadores” e “escudos” (*shields*). A primeira classe (*aproximadores*) incide sobre o conteúdo proposicional e pode ser subdividida em “adaptadores” e “arredondadores” (‘rounders’). *Adaptadores*, como ‘um pouco’, ‘tipo’, ‘alguns’, aplicam-se à filiação de classe e contribuem para a interpretação da expressão. Os *arredondadores*, como “aproximadamente”, “algo”, “ao redor”, “indicam um alcance, dentro do qual uma noção é aproximada” (Gribanova 2019, tradução nossa). Os *aproximadores* estão, claramente ligados à mitigação dos enunciados e, dentro desta classe, os *adaptadores* estão destinados à prevenção (ou mesmo compensação) face a eventuais efeitos nefastos. Nos anos 80, surgem termos como *understatements* (Hübler 1983) que significam, literalmente, *subdeclarações* e, num sentido mais lato, implícitos, subterfúgios, eufemismos e outras *nuances* subjacentes aos enunciados. Estamos perante estratégias que permitem desresponsabilizar o locutor relativamente ao grau do conhecimento construído, expressando valores modais epistémicos no domínio do incerto ou modalidade epistémica (Campos 1997: 136).

Será Claudia Caffi (1999, 2005, 2007, 2017) que irá propor a classificação destes vários “mecanismos de mitigação” que incidem sobre: (i) o conteúdo proposicional, (ii) a força de ilocução e (iii) a referência deítica (a que relaciona o enunciado com a enunciação). Conforme a incidência do efeito mitigador recaia sobre um ou sobre outro elemento, classificou a mitigação de *BUSHES*, *HEDGES* e *SHIELDS*, respetivamente, em Português Europeu, ‘arbustos’, ‘sebes’ e ‘escudos’: i) *bushes* (em Português, ‘buxo’², nome de um arbusto) diz respeito a um mecanismo marcado lexicalmente e que incide sobre o conteúdo proposicional; ii) os *hedges* dizem respeito ao mecanismo que atua ao nível do ato ilocutório, marcado lexicalmente (“mitigação interna”) ou sequencialmente (“mitigação externa”), com pré-sequências que preparam outros atos reduzindo a potencial ameaça da face; iii), *shields* ou *escudos* inscrevem-se numa perspetiva de alteração da *deixis* ou referenciação, na ótica de Émile Benveniste (1992), dos

² Pequeno arbusto utilizado na arte de adornar os jardins, dando às plantas diversas configurações e funções, nomeadamente, vedar espaços.

elementos que apontam para as coordenadas da enunciação, isto é, para o *aqui* (espaço da enunciação) e o *agora* (tempo da enunciação) e para os *participantes* (o “eu” do locutor e o “tu” do alocutário) que se empenham no ato enunciativo. É um mecanismo que recorre a instâncias de modificação interna (com valores modais, aspetuais e temporais), tendo como resultado, por vezes, um “ato híbrido” (Kerbrat-Orecchioni 2001: 110-122), na linha do que J. Searle chama de “composto ilocutório” (Searle 1983). Para Caffi (1999: 883), os “escudos”, estando ligados à *deixis*, visam ora reduzir a responsabilidade/obrigações do locutor em relação ao que é dito, incidindo, sobretudo, na modalidade epistémica (Campos & Xavier 1991: 339), ora procuram reduzir as obrigações do alocutário que se relacionam com a modalidade deontica (Campos 1997: 177).

É perceptível que esta última categoria (“escudos”) será a mais difícil de apresentar, pois não integra nenhuma classe gramatical específica, sendo apenas possível apresentar algumas construções gramaticais que indexam as estratégias de *escudo* (*shield*), nomeadamente em produções onde em lugar do uso da primeira pessoa está o uso de expressões ou construções impessoais, de pronomes indefinidos, a evitação de termos de endereçar mais diretos, permitindo um distanciamento do ponto de vista do locutor e criando casos de polifonia discursiva.

Acresce que a fronteira entre estes conceitos nem sempre é linear, dado que se pode facilmente *cercar* (*bush*), *cobrir* (*hedge*), *proteger/escudar* (*shield*), de forma delicada, em simultâneo.

Mais difícil é ainda tentar encontrar subdivisões destes conceitos, como o tentaram Prince *et al.* (1982) com o conceito de *shield*: estes distinguiram “escudos de atribuição” (“attribution shields”) – quando o locutor se protege, demarcando-se da responsabilidade do que está a ser dito, remetendo-a para outra entidade – e “escudos de plausibilidade” (“plausibility shields”) – quando a proteção confere ao que está a ser dito plausibilidade, verosimilhança, mas não necessariamente certeza, normalmente, a bem da máxima da qualidade (“sê verdadeiro”), identificada em Grice (1975).

Numa tentativa de diferenciar os conceitos elencados em Caffi (1999), podemos sintetizar que *hedge* significa sempre uma redução dos potenciais lucros sobre um investimento, com a respetiva compensação em contrapartida (como num seguro). É muitas vezes um ato implícito (um “understatement”, segundo Hübler, 1983). O *bush* é

mais “ornamental”, estético, ainda que confira segurança, controla ruídos, reduz atritos; é conseguido através de rodeios, tornando vago, impreciso, o valor de um enunciado; *shield* implica “an overall shift of responsibility, for instance by introducing a different speaker or by deleting the deictic origin of the utterance” (Fraser 2010: 20-21).

Para um melhor entendimento(s) do conceito(s), tentamos esquematizar estas diferentes nomenclaturas, tendo em consideração o conteúdo proposicional, a força ilocutória do ato e a questão da *deixis*:

	Conteúdo proposicional	Força ilocutória	Deixis (Deictic Source)
Lakoff (1972)	<i>Hedges</i>		
Fraser (1975)	<i>Hedged Performative</i>		
Brown & Levinson (1978)	<i>Hedges</i>		
	(speech act hedging)		
Prince et al. (1982)	<i>Hedges</i>		
	<i>Approximators</i>		<i>Shields</i>
	<i>Rounders</i>	<i>Adaptors</i>	<i>Shields Plausibility</i> <i>Shields Attribution</i>
Hübler (1983)	<i>Understatement</i>	<i>Hedges</i>	
Caffi (1999)	<i>Bushes</i>	<i>Hedges</i>	<i>Shields</i>
Kerbrat-Orecchioni, (2001, 2010).	<i>Adoucisseurs</i>		

Quadro recapitulativo

O termo *hedge* e o fenómeno *hedging* parecem ser aqueles que se popularizam mais na atualidade e parecem abarcar, *lato sensu*, todas estas variantes atrás mencionadas.

Enquanto na área financeira a tradução de *hedge* por “cobertura” tem tido algum consenso, a nível da Linguística do Discurso ainda se esquadrinham as várias *nuances* do termo para encontrar um correspondente em Português que abarque todas as suas valências ou, pelo menos, a maior parte delas.

Hedge tem sido traduzido para o nosso idioma, associado ao domínio da Pragmática Linguística, como *cobertura, escudo, proteção, blindagem, atenuação, debilitador, modalizador, suavizador, construção mitigadora, mitigação* e outras tantas traduções similares (Camacho 2018: 44). Almeida (2012, 2019a, 2019b) tem analisado estas estratégias de mitigação no âmbito do conjunto das “estratégias de acomodação intersubjetiva” que dizem respeito aos elementos linguísticos que permitem o *equilíbrio interacional* em diferentes contextos discursivos.

3. Análise empírica num *corpus* de entrevistas

3.1. Caracterização do *corpus* e caracterização sociolinguística do grupo de estudantes de PLNM

O presente estudo tem por base um *corpus* constituído por 20 entrevistas realizadas em 2017, no final de um curso intensivo de verão para estudantes de PLNM, intitulado “Língua Portuguesa, Cultura e Literatura Madeirenses” da Universidade da Madeira. Estas entrevistas foram realizadas individual e oralmente a cada aluno, e posteriormente transcritas, de acordo com regras léxico-grafemáticas definidas previamente, para efeitos de estudo, estando depois integradas na base de dados de um projeto denominado “Memória – Nona Ilha” – Histórias das gentes que fazem História, um repositório de acontecimentos e testemunhos orais que procura identificar e caracterizar a diáspora madeirense.

Na análise sociolinguística do grupo de estudantes em causa, apurou-se que, dos vinte estudantes que compõem a turma, sete são do sexo masculino e treze do sexo feminino; quinze estudantes são lusodescendentes nascidos no estrangeiro e contactaram com a língua portuguesa desde tenra idade; um estudante é natural e residente no Brasil; um outro deixou Portugal aos seis anos e três estudantes são casados com lusodescendentes.

No que diz respeito à proficiência linguística em língua portuguesa, o grupo de estudantes é heterogéneo: tendo por base os níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, três estudantes estão no nível A1, seis no nível A2, quatro no nível B1, cinco no nível B2 e dois no nível C2, estando assim a maioria no nível intermédio e avançado. Em resposta a um inquérito sociolinguístico administrado a estes estudantes pela docente do curso, os estudantes têm a percepção de que a língua que melhor dominam é o Castelhamo

da Venezuela³. No que se refere à formação acadêmica, são alunos com formação acadêmica diversificada, treze frequentaram o ensino superior e sete o ensino secundário.

Dos dezasseis lusodescendentes, catorze fizeram o seu percurso escolar em Espanhol (Castelhano da Venezuela), um em Português do Brasil e um em regime bilingue (Português e Castelhano).

A média aritmética de idades situa-se nos 37,9 anos, tratando-se de um grupo com um leque variado de idades, desde um adolescente de 18 anos até a um sénior de 68 anos.

O inquérito sociolinguístico revela ainda as expectativas que estes estudantes apresentam relativamente ao curso de PLNM: os estudantes procuram no curso uma oportunidade para conhecerem melhor as suas “raízes” ancestrais, no que diz respeito à cultura e aos aspetos linguístico-discursivos do PLNM. Mostram muito interesse no desenvolvimento de formas de promoção da integração na sociedade madeirense, no que diz respeito a hábitos, costumes e tradições, pelo que revelam uma grande motivação pelas questões relacionadas com a linguagem em uso, estudadas no âmbito da Pragmática Linguística e no âmbito da aula de PLNM, com o objetivo de desenvolverem diversas competências específicas relacionadas com a realização de enunciados em contextos discursivos diversos, tendo a expectativa de desenvolvimento de uma competência pragmática que permita uma produção e compreensão de enunciados (escritos e orais) que obedeçam a objetivos comunicativos bem especificados e assim alcancem uma maior eficácia interacional e a consequente integração social que tanto referem almejar. A transcrição das entrevistas teve em consideração as questões éticas de investigação, pautando-se pelo direito dos participantes, especificamente, no que concerne ao consentimento informado e esclarecido, pela confidencialidade e proteção dos dados dos informantes, e ainda, pela liberdade de participação ou recusa na investigação, isto em todas as fases do estudo. Usou-se o sistema de transcrição ortográfica e os enunciados dos estudantes de PLNM foram transcritos tal como foram realizados e, por essa razão, os enunciados agramaticais não foram corrigidos.

³ Ainda que seis destes alunos se considerem bilingues em Português e Castelhano, na produção linguística em sala de aula, nem sempre se verificou este nível de proficiência linguística.

Foram consideradas as seguintes hipóteses de partida: (i) As aprendizagens em PLNM ancoradas no relato de situações vividas, realizado pelos estudantes, resultarão numa melhor consciencialização dos *usos* mais adequados aos contextos discursivos; (ii) A estratégia de elicitación de histórias de vida em situação de entrevista permitirá a consciencialização dos vínculos culturais e étnicos que os estudantes têm.

As entrevistas visam a irrupção de histórias de vida por parte dos estudantes e a posterior análise em sala de aula. As *histórias de vida* na aula de PLNM constituem, assim, estratégias de promoção da oralidade e são formas de ancorar a aprendizagem de uma Língua Não Materna em situações vividas e partilhadas⁴, constituindo uma estratégia pedagógica de investigação-ação.

3.2. Análise das estratégias de proteção

Tendo por base o *corpus* constituído por vinte entrevistas (uma por cada estudante), foi possível desenhar uma amostra para testar as hipóteses de partida. Deste modo, o levantamento das escolhas linguísticas que os estudantes fazem na produção de histórias de vida permitiu verificar, a um nível sociopragmático, que há um significativo uso de enunciados que estão sujeitos a estratégias de proteção que incidem: (i) no conteúdo proposicional dos atos ilocutórios; (ii) na força de ilocução e (iii) na *deixis*, com o distanciamento ou redução da responsabilidade do locutor.

O presente estudo visa analisar os elementos linguísticos que os estudantes se servem para “atenuação”, “enfraquecimento” e “redução” dos valores modais epistémicos e deónticos, podendo estes mecanismos de mitigação criar ora efeitos de delicadeza, ora graus diferentes de (in)certeza epistémica, distância social e psicológica (Caffi 1999: 885). Analisaremos, assim, os elementos linguísticos de mitigação que se realizam em histórias de vidas desenvolvidas por estudantes de PLNM em situação de entrevista. Consideraremos aspetos que dizem respeito à mitigação interna relacionada com elementos morfológicos, como os diminutivos e os sufixos, por exemplo, e consideraremos também os mitigadores externos, como o uso de orações condicionais hipotéticas e as pré-sequências que

⁴ A transcrição das entrevistas foi feita com o auxílio do programa informático *Speech Analyser*.

preparam atos de discurso mais ameaçadores da face. Verificaremos que, ao longo destas entrevistas, é muito frequente o uso de expressões indefinidas, que causam proteção face à imprecisão daquilo que é relatado. Recorde-se que são entrevistas sobre relatos de histórias de vida e nem sempre a memória ajuda a lembrar pormenores, ao que se junta, não raras vezes, a falta de vocabulário, ou mesmo, a falta de correspondência na língua alvo.

3.2.1. *Proteção por associação*

O recurso à *proteção (hedge) por associação (adaptors)*⁵ é uma estratégia regular. Esta estratégia traduz-se numa simples comparação com algo semelhante que ajuda a colmatar, seja a falta de vocabulário, seja algum lapso de memória, seja uma simples e intencional imprecisão.

Vejamos alguns exemplos retirados do *corpus* em análise:

- (1) L – (...) um espaço, é **como se fosse** uns... **uma espécie de** barraca..." (E17:7)
- (2) L – **És [é] como algo que** dá na linha aérea..." (E15:35).
- (3) L – É o bolo... é **como se fosse** um pão de ló (E17M: 16).

Outras vezes, a imprecisão é representada pelo recurso a termos genéricos como expressões com *tipo, semelhante, espécie* (exemplos 4 a 7), que permitem a comparação:

- (4) D – (...) Era **uma espécie** de bancária da família. ((riso)). (E2H: 27)
- (5) D – **É uma espécie de disfarce?! ((riso))** (E15:35).
- (6) D – **Semelhante** à Calçada Portuguesa, será? (E17M: 17).
- (7) D – **Tipo** uma pensão, será algo do género?! (E14M: 05).

Esta proteção por associação cria efeitos de *vagueza* (Lakoff 1972), reduzindo as obrigações epistémicas do locutor (Caffi 2007) em relação ao que é dito no conteúdo proposicional dos atos ilocutórios.

⁵ O efeito de proteção por associação é realizado através de unidades linguísticas, típicas da interação oral e coloquial, relativamente informais e, de certo modo, cristalizadas na língua, como no caso de "lá" e "cá", que sendo elementos distanciados do seu valor adverbial de lugar ganham um valor pragmático ligado à atenuação linguística.

3.2.2. *Proteção por aproximação*

Uma outra forma de proteção (“*hedge*”) é a que é feita por *aproximação* (“*rounders*”). É um conceito que coloca o significado dos enunciados nas imediações de um outro, incidindo a proteção no conteúdo proposicional dos atos de discurso de asserção:

(8) D – [Estávamos no] **Início da década de** cinquenta?!
(E17:2).

O tempo expresso no exemplo (8) é apenas aproximado, rondando o início da referida década. Situação semelhante encontramos no exemplo (9):

(9) L – ...a gente...eh eh...apresentava-se as provas e a gente se vinha em maio e depois começava-se em outubro, que **era mais ou menos** quando ia(m) começar (as aulas) (E13:14).

No exemplo (9), o efeito de *proteção por aproximação* é conseguido com recurso à expressão “*mais ou menos*” com o sentido de “*próximo de*”.

3.2.3. *Proteção com marcadores discursivos interlocutivos: o efeito de vagueza*

A proteção é também conseguida com recurso a marcadores discursivos interlocutivos. É exemplo disso, a ocorrência de expressões como “*sei lá*”⁶ com valor modal, que resulta também em imprecisão, incidindo na modalidade epistémica do enunciado:

(10) D – (...) frequentava outros lugares que associassem à à comunidade portuguesa, nomeadamente, **sei lá**, clubes, eh...” (E16:15).

(11) L – (...) minha avó tinha-lhe arranjado uma cestinha...com frutas e depois, quando ele chegou a um lugar, **sei lá**, ele foi à casa de banho, nã [não] sei onde é que ele foi, e quando ele chegou a cestinha nã [não] tava [estava] lá (E13:3).

⁶ Sobre o assunto, consulte-se Marques & Duarte (2015).

Repare-se que é a própria informante que em (11) esclarece o uso de “sei lá”, ao referir “nã sei onde é que ele foi”.

Observe-se agora o exemplo (12) que destaca bem a imprecisão quanto à hora referida, conseguida através do uso da partícula modal “lá”:

(12) L – Isso **era lá pá** ...até às seis da manhã" (E13M:13).

Estas partículas modais, como “lá” e “cá”, constituindo unidades linguísticas, típicas da interação oral e coloquial, são relativamente informais e, de certo modo, cristalizadas na língua. Sendo elementos distanciados do seu valor adverbial de lugar ganham um valor pragmático ligado à atenuação linguística e, em estruturas de negação, constituem marcadores de negação metalinguística internos. Integram assim as estratégias de *minimização da força ilocutória* dos enunciados, como no exemplo (13):

(13) D – (...) Os colombianos **não são lá** muito bem vistos [na Venezuela]" (E13M: 19).

Com efeito, a partícula “lá”, e também, ainda que mais raramente, a partícula “cá”, adquire valor modal, nomeadamente, atenuando a força ilocutória do ato diretivo (Marques & Duarte 2015), como nos exemplos elencados em (14) e (15):

(14) D – Hm. Eh, o seu avô foi, mais ou menos, em qu’altura [que altura] **vamos lá ver**. Eh... (E17M: 1).

(15) D – Ah, sim senhor. Eh... rotinas! **Vamos lá pá [para a] ... passar** pá [para a] parte das rotinas (E17M: 17).

Ao serviço de uma estratégia de proteção, em enunciados com um valor semântico genérico, estão também os usos do marcador discursivo “pronto”. Observemos o seguinte exemplo:

(16) L – O meu avô. Eh ... já não...nã sei os pormenores da ...da história de quando estava no barco. O que eu posso dizer para já é que, **pronto**, tinha medo, **como todos os madeirenses** que iam... (iam se) enfrentar a uma nova terra, uma nova situação na sua vida" (E19:3).

Neste exemplo (16), o uso linguístico de “pronto” permite atenuar o que está a ser dito pelo facto de demonstrar que estamos a abreviar o que está a ser narrado: neste caso, tem o mesmo sentido da expressão “em poucas palavras”. Neste exemplo, verificamos assim um uso discursivo de *pronto* como *marcador discursivo* e com valor “resumitivo” (Silva 2006: 271). Estamos perante um uso de natureza textual/discursiva, de estruturação do texto/discurso, semelhante a expressões como “em síntese”: “O que eu posso dizer para já é que, **pronto**, tinha medo, **como todos os madeirenses** que iam...”.

Atentemos agora no uso de marcadores de vagueza:

(17) D – Acho que era **um pouco comum** a todos, não era?
(riso)” (E13:13).

No exemplo (17), o uso da expressão restritiva “um pouco” constitui, segundo Caffi (2000: 96), um “marcador de vagueza” (*fuzziness*), “um suavizador ritual” (Kerbrat-Orecchioni 2005: 10) que permite o foco no conteúdo proposicional, incidindo na modalidade epistémica no domínio do não certo ou do provável.

3.2.4. *Proteção com recurso a “escudos de atribuição” (“escudos de citação”) em expressões impessoais de terceira pessoa e em construções passivas*

Uma outra estratégia representativa dos mecanismos de proteção dos enunciados, frequentes no *corpus* de entrevistas em análise, é encontrada nos casos em que o orador se distancia, explicitamente, do que está a dizer ao suspender o significado literal do seu enunciado, por exemplo, através da utilização de marcadores “por assim dizer” ou “digamos assim”, ou ainda “alguém disse que”. Estes casos são chamados por Caffi (2005) de “escudos de citação” (“quotational shields”) que funcionam como “escudos de atribuição” de responsabilidade do que é dito a outra voz, incidindo na *deixis* ou na *referência déctica*, provocando um efeito de distanciamento do locutor. Os exemplos que se seguem são ilustrativos destes “escudos de citação” de outras vozes, próprias da polifonia⁷ no discurso. Atentemos no seguinte exemplo:

⁷ Sobre a *Teoria Polifónica* consulte-se Bakhtin (2003), Ducrot (1987) Carel & Ducrot (2010).

(18) L – Pronto, **nós dizemos que... (los) venezuelanos dizem** ah **que** os portugueses são machistas, ah... aquela... aquela, pronto, aquela... (E19:11).

No exemplo (18), verificamos que a característica principal atribuída ao efeito de *escudo* (*shield*) consiste na atribuição da verdade do que está a ser dito a uma outra entidade, normalmente, uma entidade coletiva, e por isso, com mais autoridade, criando, simultaneamente, um efeito de distanciamento do locutor em relação ao que é dito no conteúdo proposicional da asserção com um valor axiológico negativo. Este efeito de distanciamento é conseguido com a produção de asserções com valor semântico genérico que remetem para uma *doxa* partilhada, visando, assim, a eficácia interacional através da construção de um discurso fundamentado numa voz comum, credível e, por conseguinte, menos questionável. Estamos perante o uso de uma terceira pessoa com a indicação de afirmações avaliadas como prototípicas (Caffi 1999: 897), tornando-se a asserção do entrevistado como um assunto de conhecimento compartilhado, uma “figura de comunhão” do ponto de vista retórico: este uso da terceira pessoa constitui um “protetor de objetivização e de impessoalização” (Caffi 1999: 897).

Regularmente, verificamos que, nas histórias de vida realizadas pelos estudantes de PLNM em análise, ocorrem *expressões impessoais* com o sujeito indeterminado que têm um valor genérico:

(19) L- Hay que **adaptar-se** (3M:VE:8).

(20) L- Eh e claro e vendia-se muito porque ve... havia muita gente. Então era muito mais fácil *um* ganhar mais dinheiro (14M:08).

O uso do sujeito indeterminado nos exemplos (19) e (20) constitui uma estratégia que permite ao locutor escudar-se num enunciado com valor semântico genérico.

Atente-se ainda nos atos assertivos que remetem para outras entidades (outras vozes) com autoridade reconhecida no quadro de uma estratégia de credibilização do que é dito no conteúdo proposicional com o consequente efeito de distanciamento do locutor:

(21) D – Qual é a sua nacionalidade de coração?

L – De coração?

D – ((riso)).

L – De coração?! É qu'ê ... é é difícil...

D – [Está ...está repartido. **Tem dois amores.** ((risos)). **Como diz o Marco Paulo.** ((risos)) (E19:26).

Uma vez que o enunciado é atribuído a uma entidade reconhecida (e validada pelo coletivo), neste caso a música do cantor Marco Paulo, este adquire o estatuto de uma verdade inquestionável, apodítica:

(22) L – (...) Porque o português é *una* [uma] língua muito gira. (...) **Há quem *dize*** [diga] que é o a a evolução do espanhol (E19:32).

Observemos agora o exemplo (23):

(23) D – ...futebol, em Portugal. Ou, **pelo menos**, ... eh... tá [há] **uma placa lá a dizer isso**. (riso) E então, eu presumo que o seu avô tenha feito parte dessa ...desses PIONEIROS do futebol, aqui na Madeira (13M:17).

No exemplo (23), o segmento “tá [há] uma placa lá a dizer isso” cria um efeito de proteção (“hedging”), atribuindo parte da responsabilidade do que é dito a outra entidade. Este segmento constitui, assim, um “escudo de atribuição”.

Observemos também nestes outros exemplos:

(24) L – **Éh o que foi passado pra nós** é qu'era [que era] feito aqui [...] (E17: 16).

(25) L – (...) **Foi o que ele me disse**” (E13:2).

Em (24) e (25), o locutor *escuda-se* (protege-se) do valor de verdade veiculado pelas suas palavras, remetendo essa veracidade para uma entidade externa, ainda que possa ser indefinida (exemplo 24), atribuindo a crença a uma outra pessoa (Caffi 2007: 70).

Este fenómeno de atribuição de autoria de enunciados a outras vozes permite a construção de um discurso com uma “linguagem vaga” ou imprecisa que evita a responsabilidade do locutor em relação ao

valor de certeza do que é dito (Caffi 2007: 70).

Nem sempre é evidente o efeito *protetor* (“hedging”) dos enunciados. Precisamos considerar o fator intencionalidade e o efeito sobre os enunciados, como no seguinte exemplo:

(26) L – Agora, eh... Mas ele também conta que ...pelo menos eles... eles não tinham se não um par de sapatos” (E13:2).

Em (26), a expressão “pelo menos eles” constitui um ato de distanciamento que implica “pelo menos é o que eles contam”, *cobrando* este enunciado com esta ressalva “não sou eu que afirmo isto”, mecanismo de distanciamento que incide na referência dêitica, atribuindo a outro locutor a responsabilidade em relação ao que é dito no enunciado. Trata-se de uma “proteção de atribuição” (“attribution shields”, segundo Caffi, 2007: 70), atribuindo a crença a outra pessoa (semelhante a expressões como “Dizem...”).

Os “escudos de atribuição” (“attribution shields”) atribuem a crença a uma outra pessoa citando-a, como nos exemplos anteriormente analisados ou podem realizar-se através do uso de *construções passivas* (exemplos 27 a 29):

(27) L- En las reuniones familiares **se tomava** vino [tomava-se vinho]... (5M-VE:).

(28) L- (...) En la ... em ...em minha casa **se escuchaba** [ouvia-se] música portuguesa.

(29) L- Eh era era de comida e lá usa-se... **usava(m)-se** muito os bares. O bar... o bar, mas tem comida (14M:04).

As expressões indefinidas e impessoais, através das quais as referências ao locutor e ao alocutário foram apagadas, constituem também um “escudo de atribuição”, permitindo a isenção epistémica do locutor e um efeito de distanciação deste último (Fraser 2010: 24). Observemos o seguinte exemplo:

(30) D – (...) deve ter sido **alguém** que o mandasse [mandou] buscar, foi isso? (E16:2).

O vocábulo “alguém” é um pronome indefinido, denota “uma pessoa indeterminada” (cuja identidade não é referida) e, portanto,

refere uma ideia vaga, permitindo o distanciamento do locutor em relação ao enunciado com o conseqüente efeito mitigador ou, num sentido mais lato, efeito protetor (Caffi 1999: 897).

Por vezes, passa-se de um sujeito singular para um sujeito coletivo, atenuando também o compromisso do locutor com a verdade do enunciado proferido, como podemos verificar nos seguintes exemplos:

(31) L – Mas no caso da gente, **a gente** tava-se [estava] com minha mãe em casa e...

D – Ehn...

L – ...e pouco ia-**se** po [para o] negócio e falava-se mesmo Português” (E13:10)

(32) L – Então aí davam espanhol e português. E **um** [= a gente] já tava [estava] acostumado a ir às aulas... (acho que sim)... (E14:19).

Repare-se na forma “um” em (32) empregue com valor pronominal que, neste exemplo, constitui uma tradução literal do castelhano “uno”, que em português corresponde à forma “a gente” (31) e, em outros casos, poderá corresponder também à partícula apassivante “se”. Trata-se de um sujeito indeterminado, uma forma impessoal com valor genérico.

3.2.5. Proteção com recurso a “escudos de plausibilidade”

Repare-se também no uso do “escudo de plausibilidade” (“plausability shields”, segundo Caffi 2007: 70), como “se calhar”, com efeito atenuador, equivalente a “talvez”, “é possível que”, “provavelmente”, igualmente abundante no *corpus*, como podemos observar nos seguintes exemplos:

(33) L – **Se calhar**, é ...eu sou tímida ainda, mas ...nã [não] tenho medo de tar [estar] aqui (...) (E14:20).

(34) L – (...) Não sei se era porque os meus tios falavam [falavam], **se calhar**, mais espanhol em casa (...) (E13:10).

(35) D – (...) foi o que eles encontraram de mais parecido, **se calhar**, com o que tinham aqui. Não é? (E17M: 19-20).

Se calhar é uma expressão que consubstancia uma estrutura

condicional e constitui um elemento que permite a isenção epistémica do locutor (Caffi 2007: 70). Esta estrutura condicional depende de outro fator (condição): “se acontecer, se vier a propósito, se for oportuno”. Sendo uma estrutura hipotética próxima de “talvez”, esta funciona como um exemplo de “escudo de plausibilidade” (Camacho 2018: 47), produzindo um efeito semelhante ao exemplo apresentado no enunciado realizado pelo entrevistador D em (36):

(36) D – Está a ficar aonde? Eh num... em casa de familiares, **provavelmente** (E5M: 33).

O entrevistador, com esta estratégia, procura também antecipar possíveis respostas às suas questões, colaborando desta forma com o seu interlocutor, na construção do discurso. Este *atenuador* protege-o da “ousadia” de interferir no relato do entrevistado. Atenemos em outros exemplos de “escudos de plausibilidade”:

(37) L – Só que (...) eles, **penso**, (...) ouviram que as pessoas (es)tavam a sair (...) do sítio (...) e depois (...) o meu pai quis ir [também] (E14:2).

(38) L – (...) **Eu acho que** aqui as pessoas são muito fechadas, então...” (E14:49).

(39) D – Sim, acho que foi em sessenta e quatro **salvo erro**, mas pronto, não in...” (E14:13).

(40) D – [Que pertence a uma família da Ribeira Brava, não é? Ach/... **Se se não me engano** (E2H: 4).

(41) L – [Sim, sim.] É que **eu acho ca [que a]** Camacha foi o campo onde se jogou por primeira vez ...

Os usos de verbos como “penso”, “eu acho que” e de expressões de isenção epistémica como “se não me engano” são, claramente, mecanismos de *cobertura* (*hedge*), porque revelam a incerteza do locutor, e portanto, a sua vulnerabilidade. No entanto, a posição do locutor é salvaguardada, no caso de não ser verdade o que se enuncia, cumprindo assim com a máxima de qualidade de Grice de o locutor afirmar apenas o que é verdadeiro. O mesmo efeito é conseguido na seguinte sequência:

(42) D – [Dez...] Dez dias de viagem (...) em condições **se calhar** não...

L – ...**não deviam [deviam]** ser **munto** [muito] boas....
(E13:15).

Na sequência interacional expressa em (42), o entrevistador D usa a expressão de isenção epistémica do locutor “se calhar” e o entrevistado L realiza uma asserção de *subavaliação* (*understatement*). Trata-se de uma abordagem de algo ou alguma coisa com a desvalorização da sua importância real. Verificamos que há um mecanismo de proteção realizado através da imprecisão (*vagueza*) e do uso do verbo modal “dever” no Pretérito Imperfeito, reforçando este efeito mitigador de *vagueza*.

A “*hedge*” por imprecisão (*vagueness*) também é encontrada quando os sujeitos entrevistados, devido à sua condição de falantes de outras realidades linguísticas⁸ e culturais, tentam descrever factos para os quais lhes faltam palavras ou conceitos correspondentes em português. Atentemos no exemplo (43):

(43) L – Porque lá também faziam uma coisa ...tudo com vimes, mas é vimes de cores [fibras de *calamus rotang*, vulgo *rattan*].

D – Ah. Sim, sim. (...)

L – E, então, eh o do campo usa o vi(m)... outro vime **parece** uma cin(ta)... uma fita...

D – [Sim. Sim, ah! vime cortado [laminado].

L – (una) fita, mas a daqui **é como (que)** mais redonda. É mais... é...” (E14:35).

Verbos copulativos como “parece” e as expressões comparativas “é como (que)” traduzem imprecisão, dúvida e, simultaneamente, proteção em relação à verdade que se pretende acautelar, em relação ao que está a ser dito. Estamos também perante expressões de isenção epistémica ou “escudos de plausibilidade”.

O recurso a estas expressões de isenção epistémica (Caffi 2007: 70) é uma constante nestas entrevistas de histórias de vidas, tendo um efeito protetor e de distanciamento:

⁸ Sobre os vários conceitos associados ao ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, nas suas múltiplas variedades e conceitos, ver Flores (2013).

- (44) L – (...) **Parece que** a mãe do meu avô era prima do pai da minha vó [avó] (E17:4).
- (45) D – Um irmão mais novo? (...) que idade, **mais ou menos**, tem agora? (E17:13).

Estes enunciados (44) e (45), *protegidos* com expressões de isenção epistêmica, denotam assim uma *imprecisão* relativamente ao que está a ser dito. No primeiro caso, visa *proteger* o locutor relativamente a uma eventual fuga à verdade. A expressão “parece que” funciona, implicitamente, como um “escudo de atribuição”: “alguém passou esta informação, não sou eu que o digo” com a atribuição da responsabilidade e crença do que é dito a um outro locutor, produzindo um efeito de distanciação. No segundo enunciado, a expressão mitigadora “mais ou menos” (*hedge*) afeta a modalidade deôntica, reduzindo as obrigações do alocutário (o entrevistado) em relação ao que é dito no conteúdo proposicional expresso no ato ilocutório diretivo de pergunta e permitindo que o entrevistado possa responder de forma vaga. Trata-se também de um caso de delicadeza linguística através da qual o entrevistador visa proteger a face negativa do entrevistado, evitando invadir demasiado o território deste último com o seu ato de pergunta, mitigando-a e modificando os seus efeitos ameaçadores da face (Goffman 1967). Efeito semelhante acontece quando o entrevistador não conhece algum termo utilizado e, para proteger o seu pedido de esclarecimento (ato ilocutório diretivo), realiza uma estratégia protetora através do uso de expressões de isenção epistêmica:

- (46) D – (...) **eu não tou [estou] a ver exatamente** o que é um “cascanueces” [quebra-nozes] (E15:48).

A expressão “eu não tou [estou] a ver exatamente” reduz as obrigações epistêmicas do locutor, permitindo que este realize um ato indireto de pergunta através de um ato literal de asserção, evitando invadir demasiado a face negativa (o território privado) e a também a face positiva (a necessidade de ser bem-visto socialmente) do alocutário com pedidos de informação que podem demonstrar que o entrevistado deve corrigir o lexema que empregou em Português.

3.2.6. *Proteção com recurso a diminutivos e a quantificadores não numerais*

Segundo Silva, o diminutivo pode ter vários significados, desde o “significado objectivo de tamanho ‘pequeno’ a significados avaliativos (afectivos, apreciativos e depreciativos, relativizadores, aproximativos, intensivos) e significados pragmático-discursivos” (Silva 2006: 223).

No *corpus* em análise, verifica-se que os estudantes de PLNM fazem um uso regular do diminutivo com valor avaliativo, dando conta do efeito mitigador deste uso.

Observamos o uso do diminutivo com valor avaliativo afetivo que procura captar a simpatia do interlocutor:

(47) L – (...) E minha mãe disse: Me arrepieendo (de haber llevado el baú pá Venezuela), **pobrecita!** ((risos)) (E15:54).

Ocorrem também exemplos com o uso de diminutivos com um efeito intensificador:

(48) D – [Sempre é mais **pertinho**, não é?! Do que a Venezuela” (E15:54).

(49) L – (...) Graças a Deus agora encontrei **um trabalhinho**, um part-time (...) (E16:26).

O exemplo (48) expressa um uso intensificador do diminutivo “pertinho” com o sentido de “muito perto” e em (49), verificamos um uso avaliativo do diminutivo “um trabalhinho” com valor depreciativo intensificado (Silva 2006: 226) com o sentido de ‘trabalho com poucas horas’. Neste caso, a mitigação resulta intensificada.

O recurso aos diminutivos coocorre com quantificadores não numerais, como podemos ver nos exemplos seguintes:

(50) L – [Não. E a Venezuela estava ficando ...cada vez...uma **coisinha** PIOR e...pronto (E1M: 04).

(51) D – [...] a clientela diminuiu **um bocadinho**, não é? Uma vez qu’o [que o poder económico... (E2H:43).

O uso dos quantificadores não-numéricos em expressões como “uma coisinha” (50); “um bocadinho” (51) tem uma função atenuadora

relativamente ao envolvimento do falante com o estado de coisas que refere, diminuindo a responsabilidade epistémica do locutor em relação ao grau de certeza do que é dito no conteúdo proposicional dos enunciados. Corresponde, assim, a uma função modalizadora (modalização epistémica) do discurso do locutor. Estes enunciados são menos comprometedores do que o enunciado “A Venezuela estava ficando [a ficar] cada vez pior” (confrontar com o exemplo 50).

O emprego do diminutivo na expressão “um bocadinho” (“atenuador” ou “minimizador”) em “diminuiu um bocadinho, não é?” (exemplo 51), constitui “um diminutivo na marcação de imprecisão (*fuzziness*)” (Caffi 2000: 96).

Esta imprecisão é também conseguida pela associação de um artigo indefinido ao numeral, como no seguinte exemplo:

(52) L – (...) Quando o meu pai emigra, passa lá **uns** oito anos.” (13M-VE-3).

Eis outro quantificador com valor modal, que se traduz em “hedging” de modéstia:

(53) L – ...um quarto pa [para] cada um. Então, quer dizer, já qu/..já ...já tinha **um pouco mais de** dinheire pa [dinheiro para] fazerem um edifício” (13M:11) (com valor de modéstia).

Em (53) a expressão “um pouco mais de” é um suavizador (“un adoucisseur rituel”, segundo Kerbrat-Orecchioni, 2005) que modifica o que é dito no conteúdo proposicional do ato de asserção evitando afirmar que haveria “muito dinheiro”. Efeito semelhante encontramos em (54):

(54) L – Sim, na minha casa **eu não tenho muito** esse... essa ligação com com licor... (E17M: 15).

No exemplo (54), a *subavaliação* (*understatement*) é mais protetora do que uma observação literal como a que se poderia expressar sem modalização “na minha casa não se faziam licores”. A necessidade de estar atento às expectativas do interlocutor permite ao locutor ter uma precaução maior na negação atenuada, uma vez que seria expectável que, numa casa madeirense houvesse licores próprios

dos dias de festa na Madeira (Portugal), fazendo assim apelo à *doxa* partilhada (ou saber comum).

No exemplo (55), continuamos a encontrar esta atenuação com recurso ao quantificador não numeral, para diminuir a força ilocutória expressa na asserção com um conteúdo proposicional ameaçador da face positiva do referente, uma vez que se assinala que este último “fugiu da guerra”, ideia pouco apreciada em situação de guerra:

(55) L – Porque é que ele vai daqui? Ele vai daqui para melhorar, mas também para ...penso que era **um pouco fugindo** da guerra de Angola. Foi o que ele me disse (E13:2).

Note-se, novamente, o uso do escudo protetor, por atribuição, com a expressão “Foi o que ele me disse”, que produz um efeito de distanciamento do locutor em relação ao que é dito, diminuindo o seu grau de comprometimento com o tópico em análise na interação.

3.3. Proteção com recurso a modalizadores do discurso

3.3.1. O uso do advérbio de modo como estratégia de mitigação

O mecanismo da proteção dos enunciados é, regularmente, feito com o uso de expressões modais.

Atentemos no seguinte exemplo:

(56) D – (riso) Às vezes dizemos isso da boca pra [para] fora, não é propriamente... (E15:8).

No enunciado (56), encontramos uma dupla proteção do que está a ser dito: primeiro, com o recurso a uma generalização “dizemos isso da boca pra [para] fora” para, implicitamente, pedirmos prudência na interpretação de um enunciado anterior. Considerando, que é normal, em determinadas situações, formularmos expressões que não correspondam exatamente ao que queríamos dizer, levados pela emoção do momento, frequentemente os falantes de Português usam esta expressão idiomática. De seguida, reforça-se esta proteção com o uso de uma expressão modal “não é propriamente” [“para se levar a sério”, subentende-se].

O que fora dito fica assim reduzido na sua intensidade (em quantidade, precisão ou força ilocutória), por força desta estratégia de mitigação.

A *hedge* é conseguida não só através do advérbio de modo, mas é, por vezes, também reforçada com recurso à enumeração, como no caso que se segue:

(57) L – [Eu... eu tenho esperanças que inda [ainda] melhore isso, pero [mas] **lamentavelmente** a situação da Venezuela não leva um ano, dois, nem cinco anos. Isso leva dez ou quinze anos pá [para] melhorar (E16:26).

Com efeito, os advérbios de modo têm, normalmente, esta característica atenuante, próxima do efeito *hedging*:

(58) D – Mas, falam que é a Venezolana [venezuelana]...**provavelmente**...? (E13:25).

(59) L – Aproximadamentxi [**aproximadamente**], **mais ou menos** essa...**por esse período** (E17: 2).

(60) D – Hm. Eh, o seu avô foi, **mais ou menos**, em qu’altura [que altura] vamos lá ver. Eh... (E17M: 1).

Trata-se de uma modalidade epistémica – valor de probabilidade – que atenua o grau de comprometimento (ou crença) do locutor em relação àquilo que é dito no conteúdo proposicional, relacionando-se com a máxima de qualidade de Grice (1975) que incide no valor de verdade em relação ao que está a ser dito.

Observemos agora outro exemplo com recurso a advérbios de modo que, em asserções na forma negativa com variação em grau (“não muito”), funcionam como mitigadores do discurso:

(61) L – (...) o português ((risos)) era muito mais difícil pá mim e **no saía muito bem**. Então a minha... eu **não gostava muito**... ai, (...) eu saí muito bem em espanhol e o português **no tão bem** (E16:14).

Em (61), a referência à produção discursiva em PLNМ como avaliada como um uso linguístico que “não saía muito bem” ou “não saía tão bem” tem valor mitigador com um efeito de *vagueza*.

3.3.2. *Os verbos modais e o seu uso no Pretérito Imperfeito: efeito de vagueza*

Os *verbos modais* conferem proteção (*hedging*) ao serem empregues num enunciado, porque são uma categoria gramatical que se relaciona com a atitude do falante em relação ao enunciado e ou ao(s) alocutário(s). É o caso do uso do verbo modal “poder”:

(62) D – [**Pode** descrevê-lo? Descreva, assim... mais ou menos (E17:14).

(63) L – (...) Se a pessoa fala muito rápido (...) eu não percebo e eu tenho que perguntá [perguntar]: “Oi? Não entendji [entendi!] Podji repetjir [**pode** repetir?]” (E117:28).

Repare-se que o uso deste verbo “poder” em atos de pedido no Presente do Indicativo como “Pode descrevê-lo?” (62) é uma forma delicada de pedido, mitigando a força ilocutória do ato de pedido de informação (que ameaça a face negativa do alocutário, isto é, o seu território) e tendo, neste caso, efeitos de delicadeza. Note-se ainda que, em (63), o uso do Pretérito Imperfeito com o sentido de “Podia repetir?” constitui um uso convencional de pedido delicado, funcionando também como uma forma de delicadeza negativa, isto é, de evitação da ameaça do território do alocutário.

Atentemos agora no uso do verbo modal “dever”:

(64) D – (...) **deve** ter tido alguém que o mandasse [mandou] buscar, foi isso? (E16:2).

(65) L – Não era um garrafão só, era ...**deviam ser** dois, ou... (E13:13).

(66) D – [Padaria... As padarias, não? Nem por isso... **deve(m) ser**... (...) cafés?! (E14:3).

(67) D – **Deve ter sido** dos primeiros...então ...a jogar futebol...lá no no... [no campo da Camacha?” (E13:17).

Todos os usos do verbo modal “dever” de (64) a (67) mitigam o que é dito no conteúdo proposicional: incidindo na modalidade epistémica através da qual o enunciador se distancia da verdade da asserção que profere, este uso tem valor modal no domínio do incerto. Atentemos também no uso mitigador do Pretérito Imperfeito em (65): depois da negação “Não era um garrafão só,” que aponta para a

tentativa de descrição do referente, verificamos que, no segmento “era... deviam ser dois”, ocorre um uso do verbo “dever” no Pretérito Imperfeito que permite mitigar o que é dito, reforçando a imprecisão da referência expressa no conteúdo proposicional e constituindo uma forma de reduzir a responsabilidade epistémica do locutor (Caffi 2007: 99).

3.4. A mitigação conversacional

A “proteção” (“hedge”) pode ser também realizada através de uma mitigação externa com o recurso a mecanismos discursivos específicos que têm por base a natureza sequencial da interação. Um recurso frequentemente usado é o humor. Com efeito, em contextos específicos, o humor constitui uma forma de mitigação de sequências interacionais mais ameaçadoras das faces, constituindo um recurso que tem um efeito de proteção (“hedging”) dos efeitos adversos destas sequências de atos de discurso.

O efeito protetor do humor pode ser conseguido através da ocorrência de um adjetivo, em posição anteposta ao nome, usado de forma irónica, como no seguinte exemplo:

(68) L – [O] **nosso inteligente presidente** diz que [a] apostilha
no hace [não faz] falta (E5M: 35).

Neste exemplo, estamos também perante a “mitigação sintática” (Blum-kulka & Olshtain 1984: 203) que resulta da própria ordem de apresentação dos segmentos no enunciado, constituindo, igualmente, uma forma de mitigação interna. No exemplo (68), nota-se o efeito da anteposição do adjetivo ao nome (inversão da ordem nome + adjetivo), que confere em Português (e também em Espanhol) um valor mais abstrato ao adjetivo.

A atenuação pode ser feita com recurso ao humor ou à jocosidade (Briz 2013):

(69) L1 – Sim! Sim. Só que também foi, porque eh a minha
mãe... a minha avozinha por parte da da mamã foi.... teve
de... dezassete filhos...
D – Xiii! ((riso)). (...)
D – [Dezassete?
L1 – Sete... Dezassete (...)

D – [Não havia televisão! ((risos)

L1 – Não, não havia (**definitivamente!**)

L2 – ((risos)). (Não havia televisão!) (E18M:12).

A expressão “Não havia televisão!” é acompanhada do riso. Este último constitui um “sinal não verbal antiorientador da ameaça” (Kerbrat-Orecchioni, 1987: 17). Verificamos que a expressão humorística em análise resulta numa certa forma de *proteção*, minimizando o efeito inicial da surpresa expressa pelo locutor D face ao número de filhos da “avozinha” (atente-se ainda no uso afetivo do diminutivo). Por outro lado, o surgimento do advérbio de modo “definitivamente!” por parte de L1 vem não só corroborar a aceitação dessa mitigação, como reforçá-la.

A “mitigação externa” (Caffi 2007: 69), de natureza sequencial e/ou conversacional, pode ser feita através da produção de pré-sequências de justificação:

(70) L1 – E, depois, com *aquilho* [aquilo] que houve também eh mmh o meu tio foi... foi o [ao] serviço militar e depois tiveram que vir pra [para] cá também pela situação do país que foi mesmo... eles caíram... (E18M: 6).

No exemplo (70), a “proteção” resulta de uma “mitigação externa” (Caffi 2007: 69) realizada através de pré-sequências: o locutor explica primeiro toda a situação política e social que levou a que a família tivesse de deixar o país de acolhimento e regressar às origens e, só depois, remata, concluindo que “eles caíram...”. Se a ordem tivesse sido alterada, o efeito protetor da imagem da sua própria família não teria tido o mesmo alcance. Trata-se de uma sequência de justificação que mitiga sequencialmente o que é dito no conteúdo proposicional da asserção proferida na conclusão da história de vida partilhada interacionalmente.

4. O estudo dos mecanismos de proteção na aula de PLNM

Todos os efeitos de variação nos enunciados que as estratégias de proteção criam necessitam de um olhar atento, quer por parte de falantes nativos, quer, sobretudo, por falantes oriundos de outras realidades linguísticas, menos sensíveis a estas subtilezas da língua. O seu uso em histórias de vida produzidas por aprendentes de PLNM

possibilita, depois de realizada a recolha destes usos, o seu tratamento em contexto de sala de aula de PLNM com vista a um eficaz domínio da língua em estudo. No âmbito deste trabalho, verificamos que a observação atenta em enunciados reais e espontâneos dos mecanismos de mitigação, realizados pelos aprendentes na aula de LNM, permite a posterior análise das principais estratégias de proteção com os estudantes de uma LNM e uma progressiva consciencialização do que constitui a mitigação em sentido lato. Importa levar o aprendente a constatar que o efeito de proteção produzido vai muito além do léxico selecionado, envolvendo, sobretudo, questões pragmáticas e culturais. O contexto, a intencionalidade e o efeito produzido sobre o(s) locutor(es) merecem a maior atenção na aula de PLNM, demonstrando-se que estes protetores visam a eficácia interacional.

Os dados recolhidos no contexto em análise permitiram confirmar as hipóteses de partida através da análise do *corpus* de histórias de vida produzidas pelos estudantes. Estas revelam a produção de estratégias de proteção e, por conseguinte, uma maior consciencialização dos usos da língua e dos contextos culturais por parte dos aprendentes de PLNM.

5. Conclusão

Revisitamos um conjunto de *estratégias de proteção* com a modalização dos enunciados. São "operadores metalinguísticos" que vão para além do valor denotativo do léxico ou das associações lexicais em curso.

Estes dispositivos linguísticos de proteção ("hedging") não integram, necessariamente, nenhuma classe gramatical específica, nem existem limites para as expressões linguísticas que podem desempenhar essas funções. Importa estudar a sua função no enunciado, associada à mitigação dos enunciados, à intencionalidade pretendida e à referenciação dos eventos comunicativos, consoante a precisão conferida ao conteúdo proposicional, à força ilocutória do enunciado, ao grau de comprometimento do locutor com o conteúdo dos seus enunciados e ao impacto dos mesmos sobre as faces (positiva e negativa) dos interlocutores.

Deste modo, os aprendentes de PLNM desenvolvem mecanismos de mitigação no âmbito da produção das suas histórias de vida, destacando-se o uso de protetores que têm as funções de: i) mitigar/suavizar o que é dito no conteúdo proposicional de atos

ilocutórios através do uso de diminutivos (mitigação interna), de advérbios de modo e de verbos modais no Pretérito Imperfeito em descrições vagas; ii) modificar a força de ilocução (Fraser 2010) através do recurso a atos indiretos, a sequências de justificação e ao uso de pré-sequências (mitigação externa) em atos mais ameaçadores da face e ao uso de uma “mitigação sintática” com uma função humorística; iii) reduzir a responsabilidade do locutor através do uso de expressões de proteção (“escudos” ou “shields”). Neste último caso, incidindo na *deixis* ou na referência deíctica, inscrevem-se as expressões de *isenção epistémica* com verbos como “Eu acho/penso” ou “parece-me que”. Também verificamos o uso das expressões de proteção (“escudos de atribuição”) que atribuem a crença a uma outra pessoa: inscrevem-se, nestas últimas, as expressões com o sujeito indeterminado, como “dizem...”, “Pensa-se...” e “Diz-se...” (Caffi 2007: 70); as construções passivas (“Faz-se...”) e as construções impessoais através das quais as referências ao locutor e ao alocutário são apagadas (“Uma pessoa”, “a gente”).

O enfoque analítico nas estratégias de proteção usadas em histórias de vida, realizadas por um grupo de estudantes de PLNM em situação de entrevista, permite compreender de que modo os estudantes realizam a acomodação intersubjetiva das faces dos interactantes (entrevistador e entrevistado) e promove a consciencialização da adequação do uso da língua ao contexto linguístico-cultural.

Bibliografia

- Almeida, Carla Aurélia de (2012): *A Construção da Ordem Interaccional na Rádio: Contributos para uma análise linguística do discurso em interações verbais*, Porto, Afrontamento.
- Almeida, Carla Aurélia de (2019a): “O lugar do discurso no contexto online: estratégias discursivas de aprendizagem em ambiente colaborativo”, *EDUCAONLINE*, n. 13 (1), pp. 4-21.
- Almeida, Carla Aurélia de. (2019b): “Discourse strategies of mitigation in an oral corpus of narratives of life experience collected in interviews”, K. Roulston, (ed.) *Interactional Studies of Qualitative Research Interviews*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp. 239-268.
- Bakhtin, Mikhail (2003): *Estética da criação verbal*, São Paulo, Martins Fontes.

- Benveniste, Émile (1992). *O homem na linguagem*, Lisboa, Vega.
- Blum-Kulka, Shoshana & Olshtain, Elite (1984): Requests and Apologies: A Cross-Cultural Study of Speech Act Realization Patterns, *Applied Linguistics*, pp. 196-203.
- Briz, António (2013): “A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas”. *Linha d’Água*, n. 26 (2), pp. 281-314.
- Brown, Penelope & Levinson, Stephen (1978): “Universals in Language Use: politeness phenomena”, E. Goody (ed.) *Questions and politeness: strategies in social interaction*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 56-289
- Brown, Penelope & Levinson, Stephen (1987): *Politeness – Some Universals in Language Usage*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Caffi, Claudia (1999): “On mitigation”. *Journal of Pragmatics*, 31, pp. 881–909.
- Caffi, Claudia (2000): “Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie”, C. Plantin, M. Doury & V. Traverso (Eds.), *Les émotions dans les interactions*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 89-104.
- Caffi, Claudia (2005): “Pragmatics of mitigation: bushes, hedges and shields”, *Studies in Pragmatics*, Vol. 4, Brill, pp. 91-342.
- Caffi, Claudia (2007): *Mitigation*, Amsterdam, London, Elsevier.
- Caffi, Claudia (2017): «La mitigazione: tappe di un itinerario di ricerca», *Normas*, 7 (1), pp. 4-18.
- Camacho, Idalina (2018): “Contributos da análise linguística das histórias de vida em situação de entrevista para o processo de ensino e aprendizagem do Português Língua Não Materna: aspetos do desenvolvimento da competência pragmática em contextos orais interativos”, Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Aberta.
- Campos, Maria Henriqueta Costa & Xavier, Francisca (1991): *Sintaxe e semântica do português*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1997): *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

- Carel, Marion & Ducrot, Oswald. (2010): "Atualização da polifonia". *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, n. 6 (1), pp. 9-21.
- Ducrot, Oswald (1987): *Le Dire et le Dit*, Paris, Minuit.
- Flores, Cristina (2013): "Português Língua Não Materna: discutindo conceitos de uma perspectiva linguística", R. Bizarro, M. Moreira & C. Flores (Orgs.), *Português Língua Não Materna: Investigação e ensino*, Lisboa, Lidel, pp. 35-46.
- Fraser, Bruce (1975): "Hedged performatives", P. Cole & J. L. Morgan (ed.), *Syntax and Semantics*, Vol. 3, New York, Academic Press, pp. 187-210.
- Fraser, Bruce (1980): "Conversational mitigation", *Journal of Pragmatics*, 4 (4), pp. 341-350.
- Fraser, Bruce (2007): "Whither politeness", R. T. Lakoff & S. Ide (eds.), *Broadening the Horizon of Linguistic Politeness*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 65-85.
- Fraser, Bruce (2010): "Pragmatic Competence: the case of hedging", Kaltenböck, Gunther; Mihatsch, Wiltrud & Schneider, Stefan (eds.), *New Approaches to Hedging*, 9, Emerald Group Publishing Limited, pp. 15-34.
- Goffman, Erving (1967): *Interaction Ritual: Essays on face-to-face behaviour*, New York, Pantheon Books.
- Gribanova, TI (2019): "Hedging em diferentes tipos de discurso". *Issues of Applied Linguistics*, n. 35, pp. 7-24.
- Grice, Herbert Paul (1975): "Logic and Conversation", Paul Grice, *Studies in the Way of Words*, Cambridge/ Massachusetts/ London, Harvard University Press, pp. 22-40.
- Hyland, Ken (1995): "The Author in the Text: Hedging Scientific Writing", *Papers in Linguistics and Language Teaching* (Hong Kong), n.18, pp. 33-42.
- Hübler, Axel (1983): *Understatements and hedges in English*, Amsterdam, John Benjamins.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1987): "La description des échanges en analyse conversationnelle: l'exemple du compliment". *DRLAV*, n. 36-37, pp. 1-53.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2001): *Les actes de langage dans le discours*, Paris, Nathan.

- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2005): *Le discours en interaction*, Paris, Armand Colin,
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2010): "The case for an eclectic approach to discourse-in-interaction", in Streeck, Jürgen (ed.) – *New adventures in language and interaction*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/ Philadelphia, pp. 71-97.
- Lakoff, George (1972): "Hedges: A study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts", *Chicago Linguistic Society*, 183–228.
- Li, Xuwei & Li, Feipeng (2020): "Gender Difference in Hedging: A Corpus-Based Study to TED Talks about Emotion", *Creative Education*, n.11, pp. 2106-2115.
- Marques, Aldina. & Duarte, Isabel (2015): "Cá e Lá: atenuação, reforço e outros valores modais em PE", *Acta Semiótica e Linguística*, n. 20 (2), pp. 115-128.
- Martins, Ana M. (2010): "Negação metalinguística (lá, cá e agora)", in Ana M. Brito et al. (eds.), *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*, Porto, APL, pp. 567-587.
- Prince, Ellen, Frader, Joel & Bosk, Charles (1982): "On hedging in physician-physician discourse", R. J. Di Pietro (ed.), *Linguistics and the professions. Proceedings of the second annual delaware symposium on language studies*, Norwood (New Jersey), Ablex, pp. 83–97.
- Searle, J. (1983): *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Silva, Augusto Soares (2006): *O mundo dos sentidos em português. Polissemia, semântica e cognição*, Coimbra, Almedina.
- Weinreich, Uriel (1966): "On the semantic structure of English", J. H. Greenberg (ed.), *Universals of language*, Cambridge, MIT Press, pp. 142–217.